

OS JORNALISTAS E A PRODUÇÃO NOTICIOSA NA IMPRENSA REGIONAL: DESAFIOS NA CRIAÇÃO DE UMA “AGENDA DOS CIDADÃOS”¹

João Carlos Sousa e Ricardo Morais

Resumo O presente artigo resulta da aplicação de um inquérito aos jornalistas de oito jornais regionais, com o objectivo de recolher dados acerca do perfil dos jornalistas e o seu papel no sistema de produção noticiosa. Os jornalistas enquanto principais responsáveis pelo conteúdo dos jornais, nomeadamente pela selecção da informação e construção noticiosa, são imprescindíveis em qualquer análise que se procure realizar da imprensa regional. Neste contexto, desenvolvemos uma reflexão sobre a forma como os jornalistas se situam perante aspectos fundamentais do processo de agendamento, analisando particularmente os seus discursos e representações das práticas jornalísticas e como estes podem interferir na construção de uma agenda dos cidadãos.

Palavras-chave Jornalistas, Jornalismo Público, Esfera Pública, Imprensa Regional.

Introdução

Nas últimas décadas, o campo dos *media* tem vindo a sofrer um conjunto de transformações que modificaram profundamente o panorama jornalístico. Entre estas transformações, as que ocorreram mais recentemente, e que se prendem com a disseminação das novas tecnologias, marcaram decisivamente o campo do jornalismo.

As profundas mudanças verificadas no sistema mediático abrangeram também o grupo profissional dos jornalistas (Correia, 1997), enquanto um dos principais agentes do sistema de produção, tratamento e difusão de informação. Desta forma, não é possível conhecer este grupo profissional sem ter em conta o próprio contexto em que a actividade jornalística se desenrola, e por isso o seu estudo constitui-se como um contributo indispensável para se compreender o funcionamento de todo o sistema jornalístico (Correia, 1997; Pinto & Sousa, 1998).

Neste contexto, e apesar de entretanto ter sido produzida investigação sobre a comunicação e o jornalismo no contexto português, o processo de profissionalização dos jornalistas continua a ser uma área que precisa mais estudos, uma vez que não tem havido um verdadeiro esforço para conhecer quem difunde a informação, sob que princípios o faz e com que objectivos (Andringa, 2008; Garcia & Castro, 1993; Pinto & Sousa, 1998). “Entre o instrumento e o produto acabado, o indivíduo, enquanto tal, foi durante muito tempo o grande ausente das pesquisas” (Rieffel, 1984, p. 9). Com efeito, os inquéritos levados a cabo no nosso país, por iniciativa do Sindicato dos Jornalistas (SJ) (1990-1991; 1997-1998) e em colaboração com autores como Paquete de Oliveira, José Luís Garcia e mais recentemente José Rebelo, contribuíram decisivamente para conhecer “quem são e o que pensam os jornalistas portugueses”² (Andringa, 2008, p. 3). Contudo, grande parte

¹ Este artigo não foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico.

² Referimo-nos particularmente aos I Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, organizado pelo Sindicato dos Jornalistas e orientado por Paquete de Oliveira e ao II Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, que

destes estudos têm como objectivo principal, elaborar um perfil sociográfico dos jornalistas, sem no entanto terem em conta que apesar de serem encarados como um todo homogéneo, existem múltiplas e inquestionáveis diferenças no próprio interior do grupo profissional dos jornalistas (Andringa, 2008; Garcia, 2009). Os estudos realizados não têm assim considerado com a devida importância a realidade dos jornalistas regionais, sendo este um domínio pouco estudado e que tem as suas próprias idiossincrasias, quando comparado com o dos jornalistas da imprensa nacional. Com excepção do trabalho de Isabel Pascoal, “Os Jornalistas da Imprensa Regional e os Condicionaisismos ao Exercício da Profissão” (1995), que procura traçar um perfil sobre os jornalistas da imprensa regional tendo em conta “as condições em que trabalham e a permanente dificuldade em afirmarem a sua autonomia e liberdade de expressão” (Pascoal, 1995, p.1), não são conhecidos outros trabalhos que incidam directamente sobre os jornalistas da imprensa regional.

Neste contexto, o projecto “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos *media* portugueses” ao procurar identificar, fomentar e experimentar práticas jornalísticas que contribuam para reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade e a deliberação democrática na esfera pública, numa perspectiva de fortalecimento da cidadania (Glasser, 1999), analisa também o trabalho que os jornalistas regionais desenvolvem na tentativa de melhorar e aproximar o jornalismo, praticado nos meios de comunicação regionais, dos seus públicos.

O projecto procura desta forma ir de encontro aos princípios do jornalismo público³ que, perante o diagnóstico de uma crise no seio da actividade profissional, mas também na própria democracia, defende que é necessário assegurar um novo sentido para a actividade jornalística, garantindo que os cidadãos se mantêm interessados e preocupados com as questões públicas. No fundo, o movimento assevera que é preciso reanimar a vida pública e que o jornalismo deve desempenhar um papel nesse processo (Merritt, 1995, p. xi). “A função social do jornalismo passa a ser entendida numa perspectiva mais alargada, cabendo-lhe impulsionar uma vida pública mais democrática” (Borges, 2009, p. 95).

Na perspectiva de reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade, a imprensa regional, muitas vezes chamada de proximidade, configurou-se como o principal meio a analisar, uma vez que também estas publicações têm como objectivo chegar perto dos cidadãos, dos seus problemas, daquilo que os afecta dentro da comunidade onde se inserem. Jornalismo regional e jornalismo público estariam assim no mesmo plano, com o primeiro a ser potenciado pelo segundo na compreensão dos problemas dos cidadãos, dos seus interesses, e dotando-os de ferramentas para os resolverem, revitalizando o debate público.

No desenvolvimento do projecto seguiram-se assim duas grandes linhas orientadoras: por um lado o estudo das práticas e processos de produção da informação, nomeadamente ao nível do agendamento dos meios regionais e do conhecimento dos profissionais; por

contou com a colaboração de José Luís Garcia. Mas também a um conjunto de outros textos destes autores que antecederam este inquérito ou que aproveitaram os seus dados. Mais recentemente José Rebelo coordenou um estudo que procurou novamente recolher dados sobre o perfil sociológico do jornalista português.

³ Este “novo jornalismo” é conhecido por diferentes nomes de acordo com diferentes autores: “jornalismo comunitário”, “jornalismo de serviço público”, “jornalismo público”, “jornalismo cívico”. No decorrer do artigo a opção recaiu sobre a utilização de jornalismo público, no seguimento de Davis Merritt (1995) e pela centralidade que nesta proposta tem o público.

outro lado, o estudo dos públicos, identificando as questões consideradas por estes de interesse colectivo nas comunidades onde estão inseridos, criando uma “agenda dos cidadãos”, a ser adoptada pelos meios de comunicação regional no desenvolvimento de trabalhos jornalísticos.

Este projecto surge assim na sequência de um conjunto de pesquisas que, no panorama internacional, procuram analisar a possibilidade de melhorar o relacionamento entre os públicos e a vida comunitária, incentivando esses mesmos públicos a participar no debate das questões de interesse colectivo. Apresenta-se neste contexto como o único no espaço nacional a procurar analisar as potencialidades do jornalismo cívico ou público, nomeadamente através da aplicação de algumas destas potencialidades a órgãos de comunicação social regional.

Assim, numa perspectiva de fortalecimento da cidadania, seguindo o exemplo do jornalismo público, o projecto estabeleceu parcerias com diferentes órgãos de comunicação social de todo o país⁴ e analisou a possibilidade de substituir uma agenda determinada maioritariamente por definidores primários por uma agenda em que também se dê visibilidade às questões de interesse público identificadas pelos públicos dos *media* (Charity, 1995).

Neste sentido, porque consideramos que conhecer o grupo profissional dos jornalistas é indissociável do contexto social em que a actividade jornalística se exerce, procurámos focar o papel dos agentes de informação mais próximo das pessoas. Para além do perfil sociográfico tentámos conhecer os jornalistas regionais, bem como os princípios e os critérios que os guiam na recolha da informação, na relação com os deveres profissionais, com os leitores e com a região em que o jornal se insere.

O presente artigo encontra-se assim dividido em três partes, sendo que na primeira realizamos o estado da arte, no que diz respeito aos estudos que foram realizados sobre os jornalistas portugueses, procurando delinear os principais traços que caracterizam o grupo; na segunda apresentamos os procedimentos metodológicos adoptados na realização do inquérito; finalmente procedemos à apresentação dos resultados e discussão dos mesmos, para posteriormente indicarmos quais as principais conclusões.

⁴ Foram objecto de estudo as seguintes publicações: “Grande Porto”, “Jornal da Bairrada”, “Jornal do Centro”, “Diário As Beiras”, “O Ribatejo”, “Região de Leiria”, “Jornal do Fundão” e “O Algarve”. Numa primeira fase um dos critérios que ditou a escolha dos jornais foi a tentativa de garantir diversidade geográfica, com jornais do Norte, do Centro, do Sul, do Interior e Litoral. Contudo, desde cedo se percebeu que grande parte dos jornais se concentrava na zona Centro do país. Apesar da restrição geográfica, assegurou-se a presença no estudo de jornais com influência comprovada ao nível das respectivas tiragens, audiências e circulação. Com a estratégia de desenvolvimento do estudo centrado na região Centro, assegurou-se ainda a acessibilidade e o contacto flexível com os protagonistas fundamentais do estudo, nomeadamente os jornalistas e os responsáveis editoriais. Os resultados que apresentaremos mais à frente resultam assim de um estudo realizado a jornalistas de oito jornais regionais, quando existem, segundo dados do Bareme Imprensa Regional 2010, 219 títulos de imprensa regional, e segundo dados do estudo da ERC, “A Imprensa Local e regional em Portugal”, 728 publicações periódicas de âmbito local e regional nos 18 distritos de Portugal Continental e nas duas Regiões Autónomas. Quer isto dizer que foi estudada apenas uma pequena parte deste universo, não havendo portanto qualquer intuito de extrapolação, mas apenas apresentação de dados sobre os jornalistas da imprensa regional portuguesa que possam constituir uma referência para o estabelecimento de novas linhas de investigação.

O perfil dos Jornalistas Portugueses

Em Portugal, ao contrário do que aconteceu noutros países, como nos Estados Unidos, durante muito tempo os jornalistas foram um grupo profissional pouco conhecido. As Ciências da Comunicação, referem Ricardo Pinto e Jorge Pedro Sousa, tinham como principais focos de interesse aspectos ligados ao jornalismo, mas que incidiam sobre a exploração das “teorias dos efeitos sociais dos meios jornalísticos, dos discursos e dos sentidos produzidos” (Pinto & Sousa, 1998, p. 3). Apenas mais tarde, sobretudo a partir de finais de 1970, é que os investigadores se apercebem que era necessário diversificar os estudos, nomeadamente com a análise do papel central desempenhado pelos jornalistas nas sociedades contemporâneas, “em termos de elaboração e transmissão de informações” (Garcia, 2009, p. 69).

O primeiro esforço para se traçar um perfil sociográfico dos jornalistas portugueses terá partido de Paquete de Oliveira (1988). Num artigo intitulado “Elementos para uma sociologia dos jornalistas portugueses”, o autor sistematizou e interpretou uma série de dados sobre esta atividade profissional, articulando-os com os dados que entretanto o Sindicato dos Jornalistas (SJ) foi divulgando. Destacava-se então, e de acordo com Ricardo Pinto e Jorge Pedro Sousa, o facto de 80,2% dos jornalistas serem do sexo masculino e pertencerem, na sua maioria, a uma geração pós-25 de Abril (70,1% possuíam menos de 45 anos e 74,6% tinham menos de 15 anos de profissão). Do ponto de vista das habilitações académicas, apenas 19,2% dos jornalistas da altura tinham um curso superior, embora mais de 27,1% estivessem a frequentar um. Direito, História, Letras e Comunicação Social encontravam-se entre as principais escolhas. Nesta época começavam também a ser evidentes mudanças nas redacções, com os primeiros licenciados em Comunicação Social a imporem-se nestes espaços (Pinto & Sousa, 1998, p. 3).

Depois deste primeiro impulso dado por Paquete de Oliveira, seguiram-se outros estudos, sob a forma de Inquéritos Nacionais aos Jornalistas, que pretendiam traçar um perfil sociológico dos jornalistas portugueses. O I Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses (1990-1991)⁵, também orientado por este pesquisador, procurou então delinear o perfil sociológico destes profissionais, e neste caso em particular, dos detentores da carteira profissional (Garcia, 2009, p. 18). Resultado de um protocolo de colaboração entre o Seminário de Sociologia de Comunicação do ISCTE⁶ e o Sindicato dos Jornalistas, o inquérito foi aplicado a 336 jornalistas, que constituíram a amostra representativa do universo de 2374 jornalistas portugueses com título profissional (Pinto & Sousa, 1998, p. 4). Os resultados deste I Inquérito Nacional aos Jornalistas evidenciavam um conjunto de tendências que começavam a marcar o grupo profissional,

⁵ Foi no âmbito do 1º Encontro Nacional de Jornalistas, em Março de 1991, que se ficaram a conhecer os primeiros resultados deste inquérito. A partir destes dados José Luís Garcia e José Castro escrevem um artigo, em 1993, no qual interpretam e aprofundam os resultados. No ano seguinte, o próprio Sindicato dos Jornalistas publica os resultados (Pinto & Sousa, 1998, p. 4).

⁶ ISCTE, que na altura, e de acordo com a própria sigla, era conhecido como o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Mais tarde, em Maio de 2009, passou para o regime de fundação pública de direito privado, mudando a sua designação e sendo agora conhecido por ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa.

nomeadamente a feminização e rejuvenescimento da profissão, mas também o aumento da formação escolar (Garcia, 2009).

Oito anos mais tarde, este grupo profissional viria novamente a ser inquirido, após uma proposta do Sindicato dos Jornalistas Portugueses (SJ) a José Luís Garcia no sentido de aprofundar os dados recolhidos em 1990. O II Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses (1997-1998)⁷ é então coordenado por José Luís Garcia, que constitui um grupo de trabalho, formado por alunos do curso de Sociologia do ISCTE e de Comunicação Social da Universidade Católica Portuguesa, para a concepção e aplicação do inquérito (Pinto & Sousa, 1998; Garcia, 2009). O inquérito foi aplicado a 251 jornalistas, que constituíram a amostra representativa do universo de 4247 jornalistas portugueses com título profissional. Como principais tendências observadas nos resultados obtidos através deste segundo inquérito, destaca-se o aumento do número de profissionais, a confirmação de um movimento de feminização do jornalismo (mais 23% que há dez anos) e de rejuvenescimento do mesmo (66% tem menos de 40 anos) (Pinto & Sousa, 1998, pp. 4-6).

Os dados mais recentes sobre os jornalistas portugueses resultam do estudo “Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos” (2011)⁸, coordenado por José Rebelo com base em entrevistas a 50 profissionais. A investigação, levada a cabo entre Outubro de 2005 e Abril de 2008, teve como objectivo “aprofundar o conhecimento relativo a um grupo socioprofissional em constante recomposição e de importância decisiva na formação da opinião”. Em síntese, pode-se dizer que se mantém a tendência para o jornalismo ser uma profissão cada vez mais feminina, com as mulheres em maioria nas faixas etárias mais jovens, e com o grupo a ser cada vez mais profissionalizado e qualificado (Rebelo, 2011).

Para terminar esta síntese dos principais estudos que analisam o universo dos jornalistas portugueses, focamos agora o trabalho de Isabel Pascoal, “Censuras, Censores e Censurados na Imprensa Regional”, uma dissertação de licenciatura apresentada em Sociologia da Comunicação, no ISCTE, em Outubro de 1995, dos poucos trabalhos que analisam o papel dos jornalistas regionais. Isabel Pascoal salienta as dificuldades específicas das publicações, nomeadamente “carências de ordem técnica e económica, bem como grandes fragilidades no que respeita aos recursos humanos” (1995, p. 4). O estudo apresenta dados de 1995, ano em que segundo o Sindicato dos Jornalistas existiam 3.950 jornalistas, porém, “os profissionais da imprensa regional representavam apenas 13,5% do contingente nacional. Assim, existiam 239 jornalistas a exercerem a actividade em órgãos de expansão regional e 296 a trabalharem em órgãos de expansão local, perfazendo um total de 535” (op. cit., pp. 5-6). O estudo salienta ainda que a evolução que se registou no sentido da feminização da profissão na imprensa nacional também tem lugar nos meios regionais (ibidem). “Os jornalistas que trabalham na imprensa regional são geralmente muito jovens, podendo-se inferir que, de modo geral, este tipo de imprensa se apresenta como uma via de ingresso na profissão para quem ainda não possui qualquer

⁷ O inquérito contou também com a colaboração do Sindicato dos Jornalistas e os seus primeiros resultados foram apresentados no III Congresso dos Jornalistas Portugueses em 1998 (Pinto & Sousa, 1998, p. 4).

⁸ No seguimento deste livro surgiram, entretanto, um conjunto de trabalhos sobre o perfil dos jornalistas. Vários membros da equipa coordenada por José Rebelo apresentaram comunicações e publicaram artigos sobre esta temática. Sendo que os dados que serviram de ponto de partida para esses trabalhos são os mesmos que estão presentes naquela obra, não cabe neste contexto explorá-los cada um desses trabalhos.

tipo de experiência profissional” (op. cit. p. 6). Os condicionalismos ao exercício da profissão, concretamente nos meios regionais, são o aspecto central do estudo de Isabel Pascoal.

Procurámos, com base na investigação já desenvolvida, criar um enquadramento, salientando a importância de estudar o grupo profissional dos jornalistas, nomeadamente no contexto local e regional, um domínio pouco estudado e com muitas especificidades. No entanto, convém lembrar que o objectivo da nossa pesquisa passa por uma tentativa de identificação das práticas jornalísticas que contribuam para reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade, numa perspectiva de fortalecimento da cidadania. Neste sentido, para além do perfil sociográfico dos jornalistas regionais, no nosso inquérito abordámos um conjunto de outras questões directamente relacionadas com os jornalistas regionais no contexto de uma comunidade e da relação que estes estabelecem com os cidadãos.

Sendo a imprensa regional um elemento estruturador da identidade comunitária que contribui para uma amplificação do espaço público local, procuramos focar o seu papel de agente de informação mais próximo das pessoas, isto é, enquanto um dos pilares fundamentais do desenvolvimento das comunidades. No fundo, pretendemos aferir o que José Alberto de Azeredo Lopes salienta no estudo da ERC, isto é, que “a imprensa regional desempenha um papel notável de reforço de um conceito rico de cidadania. Cultiva a proximidade, é útil para quem a lê, estimula ou, pelo menos, conserva, laços identitários, culturais e históricos da maior importância (...)” (ERC, 2010, p. 18). O projecto “Agenda dos Cidadãos”, neste momento da investigação, procura assim analisar o papel dos jornalistas, a selecção, recolha e difusão de informação, no contexto desta imprensa regional que pode funcionar como uma plataforma de revitalização do espaço público, dando voz aos problemas da comunidade.

Metodologia e Desenho da Investigação

Sendo o nosso objecto de estudo o jornalista enquanto profissional da informação, optámos pela aplicação de um inquérito por questionário, tendo em conta que esta técnica “consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativos de uma população, uma série de perguntas relativas à situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais (...)” (Quivy & Campenhoudt, 2003, p. 188), aspetos que vão de encontro aos objectivos do presente trabalho.

A aplicação do inquérito por questionário foi realizada com o auxílio de uma ferramenta informática que permite a aplicação dos questionários via electrónica⁹. Esta aplicação foi precedida de uma espécie de “carta aberta” que foi enviada aos jornalistas, tentando sensibilizá-los para a importância das suas respostas no âmbito do referido projecto. Em termos cronológicos a aplicação iniciou-se a 12 de Outubro e encerrou no dia 28 de Novembro de 2010.

⁹ Esta ferramenta tem na sua base o Lime Survey, um *software* livre para aplicação de questionários online que pode utilizar um sistema de modelos para a criação de questionários na *web* ou para resposta na própria aplicação. Esta ferramenta foi adotada pelo Laboratório de Comunicação Online que a instalou nos seus servidores e adaptou para a realização de inquéritos.

Em síntese, podemos dizer que o inquérito por questionário foi aplicado, via electrónica, a partir de uma população alvo de 45 jornalistas, distribuídos pelos oito jornais associados ao projecto “Agenda dos Cidadãos”, a um total de 34 profissionais, o que equivale a uma taxa de resposta de cerca de 75.6%.¹⁰ Esboçados os principais objectivos e as técnicas utilizadas para a recolha de dados, sintetizamos agora as diferentes perspectivas que procurámos recolher com o inquérito. Contudo, antes de apresentarmos a estrutura do questionário, importa realçar, desde já, que concebendo o jornalismo como um facto social, este é trespassado pelas mais diversas e múltiplas influências societárias e portanto marcado por uma diversificação das formas de fazer jornalismo. Assim, e uma vez que os inquiridos deviam hierarquizar as diferentes opções de resposta por ordem de importância, decidimos, com vista a uma melhor interpretação e rigor conceptual, associar cada uma das hipóteses de resposta a duas tendências presentes dentro do universo jornalístico. Uma tendência identificada como “jornalismo canónico ou convencional”, norteada pelos ideais da factualidade e da neutralidade, e por outro lado, um movimento designado por “jornalismo deliberativo”, mais preocupado com a “identificação dos modos de pensar dos cidadãos em torno dos temas que os preocupam”, mas implicando também “uma abertura à iniciativa externa de agendamento por parte de movimentos sociais e de grupos de cidadãos” (Correia, 2010, p. 96). A distinção entre estas duas tendências, presentes no jornalismo, ajuda-nos a agrupar as diferentes opções de resposta em cada uma das partes do questionário.

Assim, na primeira parte do inquérito, “Caracterização do perfil do jornalista”, optámos por colocar um conjunto de perguntas com o objectivo de elaborar uma breve caracterização sociográfica dos jornalistas regionais, indispensável para a contextualização e o aprofundamento da análise. Na segunda parte do inquérito, “Caracterização da recolha de informação”, procurámos caracterizar a recolha de informação, assim como os critérios que presidem à mesma. Neste sentido, e como os valores-notícia são entendidos como um elemento essencial para a definição da noticiabilidade de um acontecimento, procedemos a uma análise dos principais, no contexto concreto da sua aplicação ao jornalismo regional. Da recolha de informação passámos para o tratamento da mesma, sobretudo tendo em conta o campo da imprensa regional e as especificidades deste tipo de comunicação social. A terceira parte do inquérito, “Os jornalistas e o jornalismo regional”, contém por isso perguntas que procuram caracterizar os jornalistas em relação ao jornalismo regional, entendendo este como um meio capaz de amplificar um espaço público local e contribuir para o desenvolvimento das comunidades. Finalmente, a quarta parte do inquérito, “Relação do jornal com a região e com os leitores”, tenta perceber qual o papel que os jornalistas têm na relação directa com os leitores da imprensa regional. Procuramos assim saber se o jornal regional pode, para além de informar, assumir-se como plataforma de debate e participação por parte dos cidadãos, funcionando como um meio de mobilização local chamando à atenção para os problemas das comunidades.

¹⁰ Todo o tratamento e análise dos dados que atribuem suporte empírico ao presente artigo, foram realizados com o recurso ao software PASW Statistics (versão 18).

Apresentação e discussão dos resultados

Começando por apresentar os dados relativos ao perfil dos jornalistas inquiridos, na tentativa de traçar uma breve caracterização do grupo questionado, verificamos que os jornalistas do sexo masculino (21; 62%) são em maior número em relação às jornalistas (13; 38%). Estes dados estão em consonância com os do estudo de Isabel Pascoal (30,8% do sexo feminino contra 69,2% do sexo masculino). Já no que diz respeito à pirâmide etária, pode-se dizer que os jornalistas inquiridos se caracterizam por serem um grupo eminentemente jovem. Os grupos etários até aos 40 anos representam 65% dos jornalistas inquiridos e nenhum dos jornalistas inquiridos pertence ao grupo etário de mais de 55 anos, o que pode corroborar a tendência, já apontada nos estudos realizados, para o rejuvenescimento da profissão.

Dos 34 jornalistas inquiridos todos possuem carteira profissional. Este dado é especialmente relevante se tivermos em linha de conta que ainda existe a ideia de que a imprensa local/regional não tem profissionais qualificados. Estes dados corroboram a tendência crescente de jornalistas com título profissional. Assim, em relação à aquisição da carteira profissional, os dados permitem perceber que 45% dos jornalistas possui título profissional há menos de 10 anos, 40% há mais de dez, mas apenas 15% tem carteira há mais de 20 anos. Quanto às habilitações académicas, existe de facto uma tendência para o aumento da formação académica, com uma aposta qualitativa nos recursos humanos. Assim, se 62% dos jornalistas inquiridos são licenciados, 23% frequentam um curso de ensino superior. Salientamos ainda o facto de apenas quatro jornalistas não terem mais formação do que o ensino secundário. Quanto à formação específica em jornalismo, entendida aqui como formação profissional na área da comunicação que não seja de nível universitário, as respostas indicam que a percentagem de jornalistas que possui um curso superior (62%) é a mesma que afirma ter um curso de formação profissional na área da comunicação, veiculado na maior parte dos casos por instituições como o Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas (CENJOR) ou o Centro de Formação de Jornalistas (CFJ).

Em relação ao tempo como jornalistas, observa-se que uma parte considerável dos inquiridos (50%) trabalha no meio de comunicação actual há mais de dez anos (38% entre 11 e 20 anos; 12% há mais de 20 anos). Apenas 24% dos inquiridos trabalha há menos de cinco anos no actual meio de comunicação. Em termos de órgãos de comunicação em que os profissionais já trabalharam, metade dos inquiridos desempenhou funções em um ou dois meios para além do actual. Para 18% dos respondentes este foi o único meio de comunicação onde trabalharam, 20% afirma já ter trabalhado em três ou quatro diferentes órgãos de comunicação e 12% em mais de quatro.

Traçado um breve perfil dos inquiridos, procurámos caracterizar o processo de recolha de informação, que se reveste de grande importância na medida em que fornece elementos preciosos para se perceber o contexto e o enquadramento em que se concretiza o trabalho dos jornalistas. Com efeito, começamos por abordar a relação dos jornalistas com as fontes de informação, enquanto factor determinante para a qualidade das notícias produzidas pelos meios de comunicação social. Pretendemos verificar que tipo de fontes os jornalistas regionais indicam como as principais no processo de recolha de informação. Em relação ao jornal, 68% dos inquiridos indica que usa mais frequentemente no seu dia-a-dia fontes externas, ou seja, que não são da iniciativa do próprio jornal, mas externas a

este. Por sua vez, 32% dos jornalistas referem que é mais frequente utilizarem fontes internas, isto é, que têm a sua origem no próprio jornal. No plano do estatuto das fontes, os inquiridos indicam que usam mais frequentemente as fontes não oficiais (68%), em detrimento das fontes oficiais.

O facto dos jornalistas inquiridos directamente sobre a questão das fontes e do seu uso em geral afirmarem que utilizam sobretudo fontes não oficiais, pode significar uma tentativa de negarem a influência que as fontes mais poderosas exercem sobre os jornalistas no momento de produção da informação. Não nos podemos esquecer que sobretudo no contexto regional os jornalistas estão particularmente próximos das instituições e mantém um tipo de contacto mais pessoal, com o objectivo de acederem às informações (Amaral, 2006). Outra hipótese que pode ser apontada para explicar estes dados é o facto de as fontes não oficiais terem aumentado a sua visibilidade e as estratégias de agendamento dos acontecimentos, como alguns trabalhos empíricos concluíram (Schlesinger, 1990; Anderson, 1997; Kitzinger & Riley, 2002 *cit in* Santos, 2006). As fontes não oficiais teriam assim maior acesso ao campo jornalístico.

No entanto, esta indicação das fontes não oficiais como as mais utilizadas leva-nos a questionar se os jornalistas regionais que foram inquiridos não estão sujeitos à influência das instituições, que têm vindo a desenvolver de uma maneira cada vez mais profissional estratégias para monopolizar a atenção dos jornalistas, mas também em que medida têm procurado abordar as preocupações das populações? De igual forma tentamos perceber porque é que os cidadãos e outras entidades sem um grande grau de estruturação e especialização das fontes oficiais, não se destacam nas publicações? A apresentação e discussão dos resultados vai-nos permitir dar resposta a estas questões.

Ainda relacionado com o processo de recolha de informação procurámos conhecer como os jornalistas classificam os acontecimentos, de acordo com a sua importância. Esta questão que está directamente ligada com o que na actividade jornalística se chama de noticiabilidade, isto é, o interesse de um determinado acontecimento. A noticiabilidade que nos conduz aos valores-notícia, ou seja, aos critérios que os jornalistas têm em conta na seleção dos acontecimentos para a construção das peças jornalísticas. Segundo a definição de Golding e Elliot, são as “qualidades dos acontecimentos, ou da sua construção jornalística, cuja presença ou cuja ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo (...) e quanto mais um acontecimento exiba essas qualidades, maiores são as suas possibilidades de ser incluído” (Golding & Elliot, *cit in* Wolf, 1987, p. 174).

Estes critérios de noticiabilidade revelam-se de grande importância, nomeadamente porque fornecem elementos preciosos para perceber o contexto e o enquadramento em que se concretiza o trabalho do jornalista. Se para Galtung e Ruge (1993, p. 63), os jornalistas procuram acontecimentos que tenham significado e relevância, ou seja, quanto mais próximos culturalmente os acontecimentos, mais noticiáveis. As respostas demonstram que acontecimentos que tenham consequências para a comunidade são colocados pelos jornalistas com maior frequência no âmbito do critério de maior importância (11; 32,4%), por oposição a acontecimentos que incidam sobre a influência das pessoas envolvidas, indicado pelos jornalistas como o critério menos importante (16; 47,1%). Percebemos assim que os jornalistas privilegiam, na selecção dos acontecimentos, a importância e as consequências que um acontecimento pode ter no quadro de uma comunidade. Este critério associa-se à chamada lei da proximidade, ou seja, quanto mais próximo

geograficamente for o acontecimento mais razões existem para ser abordado. Mas também falamos da proximidade psicológica, ou seja, tratando jornalisticamente os temas que estão mais perto dos interesses dos leitores por razões históricas, políticas, económicas, culturais, entre outras (Camponez, 2002).

Depois de termos analisado alguns dos aspectos subjacentes à recolha de informação, passámos à análise da forma como a informação é tratada, sobretudo tendo em conta o campo da imprensa regional e as especificidades deste tipo de comunicação social. Assim, começámos por indagar quais as funções que os jornalistas, pelo menos ao nível das concepções teóricas, atribuem ao jornalismo regional. Entre as hipóteses apresentadas, a ideia de que o jornalismo regional tem como principal função “informar e esclarecer os cidadãos” foi aquela que os jornalistas indicaram (70,6%) como sendo a mais importante. Esta concepção de jornalismo mais tradicional, que se opõe claramente à ideia de um jornalismo mais interventivo, que deve “defender os interesses da região”, opção que os inquiridos consideram menos importante (29,4%), conotando-a com a falta de neutralidade jornalística, e manifestando desta forma uma posição bem vincada no respeito pelos princípios deontológicos, assentes no valor tradicional da neutralidade.

Entre as restantes hipóteses apresentadas, um jornalismo que tenha como função “contribuir para resolver problemas” foi igualmente considerado importante pelos inquiridos (23,5%), por oposição à opção que afirma que “fomentar o debate no seio da região” deve ser uma das principais funções do jornalismo regional, o que expressa de uma forma bem vincada, o forte carácter de “irrelevância” atribuída ao primado da participação dos cidadãos no âmbito do debate sobre os assuntos de carácter local ou regional que afectam os cidadãos.

Para além da função da imprensa regional, procurámos igualmente obter dados sobre os deveres dos jornalistas na sua relação com a prática profissional. Observando as respostas dos inquiridos podemos afirmar que existe uma substancial clivagem entre o “dever para com os valores ético-profissionais” e o “dever para com os cidadãos”, que respectivamente obtiveram 82,4% e 64,7% de respostas nos dois níveis de maior importância. No extremo oposto, encontram-se tanto o “dever para com as fontes”, como o “dever para com os interesses da região”, sendo que, respectivamente, cada um deles atinge os 23,5% e 20,6% de respostas. Podemos ainda incluir o “dever para com a instituição em que trabalha” neste segundo role de deveres jornalísticos que recolhem menor nível de relevância por parte dos próprios jornalistas. Por um lado, existe uma clara vinculação, pelo menos ao nível discursivo, aos valores éticos e profissionais, que presidem à actividade jornalística, nomeadamente uma informação rigorosa e isenta, mas também um certo compromisso para com os cidadãos. Por outro lado, encontramos os deveres para com a entidade empregadora, as fontes de informação e a própria região em que o jornal se insere, que contudo não ultrapassam a marca dos 30%.

O valor que cada jornalista atribui ao processo de redacção, nomeadamente qual a importância de uma construção noticiosa que tenha em conta a pluralidade, foi igualmente avaliado neste trabalho. Os jornalistas inquiridos não têm dúvidas que “expor os lados em confronto” (97,1%) e “expor os dados de maneira explicativa” (97%) são aspectos essenciais no processo de redacção. Já a inclusão de propostas de solução para os problemas identificados nas próprias peças divide os inquiridos, sendo que o maior número de jornalistas (41,2%) opta por uma posição neutra, isto é, não concordam nem discordam. No entanto, 17,6% dos inquiridos manifesta mesmo uma posição contra a

inclusão de propostas de solução nos próprios textos. Esta questão é especialmente interessante, uma vez que os defensores das correntes do “jornalismo público” e “jornalismo deliberativo” enfatizam precisamente que é necessário quebrar com as velhas rotinas, que com a actual explosão de informação, a função do jornalismo desloca-se da mera disseminação de informação para a oferta de orientação (Costa, 2006, p. 130).

No entanto, parece-nos existirem indícios de que ainda não existe a abertura suficiente por parte dos jornalistas para incluir estes novos ideais na actividade jornalística. O facto de os inquiridos estarem inseridos em meios regionais pode ajudar a explicar este facto mas, por outro lado, o facto de as fronteiras entre informação e opinião continuarem a ser importantes no jornalismo, pode contribuir para a posição neutra que os inquiridos manifestam. Ou seja, é claro que o jornalista deve assumir, segundo estes movimentos, uma nova postura cívica, com um novo papel no reforço da participação dos cidadãos envolvendo-os no debate público, no entanto, não deve ir para lá dessas funções e querer tornar-se um actor político. Os jornais devem ouvir os cidadãos, identificar as suas agendas e apresentar as soluções para os problemas das comunidades (Traquina, 2001, p. 171), ou seja, promover a deliberação e levar os públicos à acção.

Prosseguindo nesta avaliação da disponibilidade dos jornalistas para concederem espaço à participação dos cidadãos, procurámos identificar tendências, no que diz respeito à concepção de democracia e ao seu funcionamento, ou seja, interpelámos os jornalistas quanto à percepção que estes têm do papel que deverá ter o actor social, potencial leitor, na vida de uma democracia. As respostas permitem-nos concluir que na opinião dos jornalistas inquiridos, os aspectos mais importantes para o funcionamento de uma democracia são a existência de cidadãos esclarecidos e a possibilidade de estes participarem activamente no debate público. Devemos ainda salientar que os jornalistas não consideram que os cidadãos participem na tomada de decisões seja um aspecto muito importante para o funcionamento de uma democracia. Contudo, os jornalistas inquiridos reconhecem que recebem frequentemente contactos de cidadãos comuns, no entanto, verificámos também que estes não são valorizados, e que este modo de relacionamento entre jornalistas e cidadãos fornecedores de informações pode contribuir, quanto a nós, para um afastamento por parte dos cidadãos em relação aos jornais.

Neste sentido, para tentarmos perceber até que ponto os jornalistas consideram de facto essas informações que recebem dos cidadãos, questionámo-los sobre a sua opinião quanto ao uso de cidadãos enquanto fontes citadas nas peças jornalísticas. Assim, percebemos que os jornalistas consideram que usar cidadãos comuns como fonte citada em notícias é sobretudo uma forma de dar voz a quem tem poucas possibilidades de se exprimir publicamente (76,5%), mas também acrescentar pontos de vista que podem ser importantes (81,3%). Por sua vez, os inquiridos consideram como menos importante, ou seja, não estão de acordo que usar cidadãos comuns como fonte citada em notícias dê menos garantias de credibilidade (79,4%), ou não garanta a representatividade porque os cidadãos comuns falam apenas em nome pessoal (67,7%).

Assim, na sequência daquilo que foram as respostas anteriores dos jornalistas, percebemos que estes consideram, pelo menos do ponto de vista discursivo, como muito importantes as informações veiculadas pelos cidadãos. Neste sentido, o seu uso enquanto vozes citadas nas notícias é entendido como uma possibilidade de conhecer mais sobre um determinado assunto, ao mesmo tempo que a pluralidade de vozes é alargada. Tendo em conta que o contacto dos cidadãos é frequente e que o uso destes enquanto fonte citada de

notícias é encarado como importante para garantir a pluralidade de vozes nas notícias, não nos surpreende que 97% dos inquiridos tenham respondido que o jornal em que trabalham estimula o comentário dos leitores através de diversos mecanismos, desde a divulgação do e-mail dos jornalistas, até às ferramentas disponíveis nas páginas online das publicações.

No seguimento das perguntas efectuadas em relação às principais fontes noticiosas utilizadas, mas também aos contactos recebidos dos cidadãos, questionámos os jornalistas sobre a sua percepção no que diz respeito à agenda dos jornais onde desenvolvem a actividade profissional. Sabendo que “as fontes procuram a visibilidade e atenção dos *media*, a marcação da agenda pública e a imposição de certos temas como foco da atenção colectiva” (Amaral, 2006, p. 38), procuramos perceber, sob o ponto de vista dos jornalistas, quem marca a agenda dos jornais. Assim, no nível de maior importância verificámos que existe um equilíbrio entre as respostas que consideram que a agenda é orientada pelas preocupações comerciais das empresas de comunicação social (13; 38,2%) e aquelas que indicam as preocupações dos cidadãos locais (12; 35,3%), como aspecto central a marcar a agenda. Por sua vez, a hipótese que aparece no nível de menor importância é aquela onde a agenda deve ser orientada pela preocupação das elites locais.

Um elemento essencial que decorre da análise das respostas tem a ver com o significado do mercado para a acção dos jornalistas, ou seja, a perspectiva económica dos *media*, particularmente quanto à natureza da sua propriedade e às lógicas de concorrência, que influenciam, de acordo com os jornalistas inquiridos, o processo de construção da informação. Na análise dos dados, vimos ainda reiterando aquilo que ao longo da nossa análise não tem deixado de estar implícito, e que diz respeito à afirmação por parte dos jornalistas da importância dos cidadãos em vários aspectos, e nesta questão em concreto, na agenda dos jornais. Mas o que nos interessa aqui destacar é em que, certa medida, estas respostas e este discurso constituem efectivamente um cenário daquilo que acontece nas publicações.

Na tentativa de dissipar as nossas dúvidas, a questão seguinte procura indagar sobre o conteúdo noticioso dos jornais regionais. Os jornalistas têm clara noção de que o conteúdo noticioso dos jornais regionais não é demasiado focado nos cidadãos comuns (21 inquiridos colocam-no no nível 3, o de menor importância). Pelo contrário, os jornalistas também têm consciência de que o conteúdo noticioso dos jornais regionais é demasiado focado nas elites (18 inquiridos colocam-no no nível 1, o de maior importância).

Com efeito, podemos constatar que os jornalistas inquiridos, na questão anterior, indicam uma agenda dos jornais orientada em parte pelos cidadãos e na qual o papel de menor importância caberia às elites locais. Assim, nesta questão, sobre o conteúdo noticioso dos jornais regionais, as respostas vão de encontro às tendências relatadas em todos os estudos sobre a imprensa regional, onde existe uma abordagem preferencial das elites em detrimento dos cidadãos. O facto de nos ser indicado pelos jornalistas que a agenda dos jornais é consideravelmente orientada pelas preocupações comerciais das empresas de comunicação social, pode ajudar a perceber que o conteúdo noticioso seja focado nas elites. Quer isto dizer que, a necessidade de responder às exigências do mercado, com a publicação diária ou semanal de uma edição do jornal, pode, de certa forma, obrigar os jornalistas a privilegiar um recurso a fontes oficiais, centradas nas elites, mas que garantem com uma certa regularidade a informação necessária.

Neste quadro, parece-nos que com um conteúdo noticioso demasiado focado nas elites, existe pouco espaço para a mobilização da sociedade civil e nesse sentido ganha

importância o presente trabalho, desenvolvido no âmbito do Projecto “Agenda dos Cidadãos”, enquanto tentativa de inverter a lógica do agendamento, identificando as práticas jornalísticas e lançando desafios à participação cívica. Interessa por isso perceber se os jornalistas inquiridos acreditam na possibilidade de criar uma agenda dos cidadãos, baseada nos problemas destes, que posteriormente sirva de orientação às práticas jornalísticas.

Com efeito, a ideia de que os jornais que representam já tratam noticiosamente os problemas dos cidadãos e das regiões onde estão inseridos, faz com que os jornalistas encarem a ideia de criar e identificar as questões de interesse colectivo e usar os dados recolhidos para criar uma agenda ditada pelos interesses dos cidadãos, ainda com alguma indiferença (44,1% dos inquiridos não concorda, nem discorda com a criação dessa agenda). No entanto, é importante sublinhar que 14,7% dos inquiridos concorda totalmente com esta agenda orientada pelos problemas dos cidadãos, e 29,4% concorda que de facto é preciso privilegiar, no tratamento noticioso, as questões que se reflectem na vida dos cidadãos comuns.

Conclusões

Desde a recolha da informação, nas suas diversas etapas, o relacionamento com as fontes, as pressões e os constrangimentos exercidos, os critérios de selecção, passando pela produção informativa, até às questões relativas à difusão das mensagens mediáticas, em todas as fases, componentes e contextos do processo informativo, os jornalistas assumem-se como agentes fundamentais do campo jornalístico que é preciso conhecer. No contexto específico deste trabalho e no âmbito do projecto “Agenda dos Cidadãos”, tendo em conta as teorias deliberativas e do jornalismo público, que como vimos na introdução do artigo se propõe substituir um jornalismo de informação por um jornalismo que alimente a conversa pública (Carey, 1995, p. 382) e contribua para um maior envolvimento do público nos assuntos que o afectam, não se limita a um simples diagnóstico, mas propõe linhas específicas de acção (Borges, 2009). Neste sentido, aos jornalistas cabe um papel de destaque, na auscultação do público, na procura de soluções para os problemas da comunidade e sobretudo na superação de alguns contextos de crise que dificultaram o relacionamento entre jornalismo e vida cívica, nomeadamente a orientação exclusivamente dirigida para o mercado, o reforço da tendência conhecida pela fusão do entretenimento com a informação (infortainment) e a excessiva dependência de fontes oficiais ou de rotina.

Entendendo os jornalistas enquanto principais responsáveis pela selecção da informação e construção noticiosa, compreender o seu trabalho é imprescindível em qualquer caracterização que se procure realizar da imprensa regional. Assim, as respostas ao inquérito permitiram-nos traçar um perfil destes profissionais nomeadamente no que diz respeito ao seu papel no sistema de produção noticiosa, em particular em relação às questões do agendamento e aos desafios da participação cívica. Os jornalistas inquiridos têm uma clara noção de que os jornais em que trabalham ainda estão demasiado centrados numa agenda externa, em muitos casos de carácter oficial, resultado de uma maior proximidade com as instituições. No entanto, na selecção dos acontecimentos para a

construção das peças jornalísticas, concluímos que estes consideram como mais importantes os acontecimentos que tenham consequências para a comunidade.

No terreno da participação dos cidadãos, os jornalistas consideram que o espaço disponibilizado para os leitores é reduzido, mas por outro lado, afirmam que recebem, frequentemente, contactos de cidadãos comuns com informações sobre acontecimentos. Por sua vez, o uso das vozes de cidadãos comuns como fontes citadas em notícias é considerada uma forma de dar voz a quem tem poucas possibilidades de se exprimir publicamente e acrescentar pontos de vista que podem ser importantes sobre um determinado assunto.

No entanto, se é verdade que nos parece que os jornalistas inquiridos têm consciência da importância dos cidadãos e de uma prática jornalística que lhes dê mais atenção e aos seus problemas, as questões do mercado, da concorrência em particular, dificultam, de certa forma, uma adopção descomprometida de práticas de jornalismo público que procuram intervir, como vimos, na tradicional relação entre os *media* noticiosos e a vida pública, redefinindo práticas de produção noticiosa e promovendo a adopção de novas rotinas profissionais que fomentem a comunicação entre os cidadãos.

Assim, e tendo por base os eixos que guiaram o nosso trabalho, poder-se-á desde logo afirmar que as atitudes patenteadas ao longo do inquérito pelos jornalistas assumem que existem de facto forças estruturais que os impelem a conceber uma agenda baseada nos interesses das elites locais e regionais, embora seja também assumida a relevância de uma possível e necessária mudança neste domínio, abrindo desta forma as portas à participação cívica e cidadã. Contudo, também é evidente, sobretudo articulando estes dados com outros recolhidos no âmbito do mesmo projecto, que entre os discursos veiculados e o resultado prático em termos de trabalhos desenvolvidos pelas publicações existe uma considerável discrepância. Neste sentido conclui-se que é preciso mais acção e que o caminho para melhorar a imprensa regional de acordo com as práticas do jornalismo público passa em primeiro lugar pela consciencialização e reflexão dos próprios jornalistas e responsáveis dos *media* quanto às rotinas que os guiam e ditam o seu trabalho diário.

Referências

- Andringa, Diana (2008), *Jornalismo: uma profissão em mudança*, em *Actas do VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Universidade Nova de Lisboa, 1-14.
- Amaral, Vítor (2006), *Os temas e as fontes na imprensa regional da cidade da Guarda*, Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Anderson, Alison (1997), *Media, culture and environment*, Londres, University College London.
- Borges, Susana (2009), “A segunda fase do Jornalismo Público”, *Estudos em Comunicação*, (5), 93-113.
- Camponéz, Carlos (2002), *Jornalismo de Proximidade*, Coimbra, Edições Minerva.
- Carey, James W. “The Press, Public Opinion and Public Discourse”, em Theodore Glasser & Charles T. Salmon (Ed.) (1995), *Public Opinion and the Communication of Consent*, New York, The Guilford Press, 373-402.
- Charity, Arthur (1995), *Doing Public Journalism*, New York, Guilford Press.
- Correia, Fernando (1997), *Os Jornalistas e as Notícias*, Lisboa, Editorial Caminho.

- Correia, João Carlos, “Novos jornalismo e vida cívica: limites e possibilidades do ‘jornalismo deliberativo’”, em Isabel Morgado & António Rosas (org.) (2010), *Cidadania Digital*, Covilhã, Livros Labcom, 71-100.
- Costa, Paulo (2006), “Jornalismo Público: por uma nova relação com os públicos”, *Organicom*, 3(4), 127-141.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2010), *Imprensa Local e Regional em Portugal*, Lisboa, ERC.
- Galtung, Johann & Ruge, Mari Holmboe, “A Estrutura do Noticiário Estrangeiro, em Nelson Traquina (org.) (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, 61-73.
- Garcia, José Luís (org.), (2009), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfozes e encruzilhadas no limiar do século XXI*, Lisboa, Imprensa de Ciência Sociais.
- Garcia, José Luís & Castro, José (1993), “Os jornalistas portugueses - recomposição social e processos de legitimação profissional”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, (13), 93-114.
- Garcia, José Luís (1994), “Principais tendências de evolução do universo dos jornalistas”, *Vértice*, (60), 69-76.
- Garcia, José Luís (1996), “Os jornalistas portugueses enquanto actores do espaço público mediatizado. Legitimidade, poder e interpretação”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, (21-22), 365-382.
- Glasser, Theodore (1999), *The idea of public journalism*, New York, Guilford Press.
- Golding, Peter & Elliot, Philip (1979), *Making the News*, Londres, Longman.
- Kitzinger, Jenny & Reilly, Jacquie (2002), *Ascensão e queda de notícias de risco*, Lisboa, Minerva.
- Merritt, Davis (1995), *Public Journalism and Public Life: Why Telling the News Is Not Enough*, Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- Oliveira, José Manuel Paquete de (1998a), *Formas de “Censura Oculta” na imprensa escrita em Portugal no pós-25 Abril (1974-1987)*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Oliveira, José Manuel Paquete de (1988b), “Elementos para uma sociologia dos jornalistas portugueses”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, (8), 47-53.
- Pascoal, Isabel (1995), *Censuras, Censores e Censurados na Imprensa Regional*, Dissertação para Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva (3ª Edição).
- Rebelo, José (coord.), (2011), *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*, Lisboa, Gradiva.
- Riefel, Remy (1984), *L'élite des journalistes*, Paris, PUF.
- Santos, Sofia (2007), *Imprensa Regional - Temas, problemas e estratégias de informação local*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Schlesinger, Philip, “Rethinking the Sociology of Journalism: Source Strategies and the Limits of Media Centrism”, em Marjorie Ferguson (org.) (1990), *Public Communication - The New Imperatives. Future Directions for Media Research*, Londres, Sage Publications, 61-83.
- Sousa, Jorge Pedro & Pinto, Ricardo Jorge (1998), Um Retrato Sociográfico e Socioprofissional dos Jornalistas do Porto, Universidade Fernando Pessoa, *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-retrato-jornalistas-porto.html>. Consultado a 15 de Janeiro de 2012.
- Traquina, Nelson (2001), *Jornalismo Português em análise de casos*, Porto, Caminho.
- Traquina, Nelson (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega.
- Wolf, Mauro (1987), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença.